

FORMULÁRIO M

INFORMAÇÃO DA ENTIDADE CENTRAL/AUTORIDADE COMPETENTE RELATIVA À OBTENÇÃO DIRETA DE PROVA (artigo 19.o do Regulamento (UE) 2020/1783 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2020, relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de prova em matéria civil ou comercial (obtenção de prova) (21)]⁽¹⁾)

1. N.o de referência do tribunal requerente :

2. N.o de referência da entidade central/autoridade competente

3. Denominação do tribunal requerente:

4. Entidade central/autoridade competente

4.1. Nome:

4.2. Endereço:

4.2.1. Rua e n.o/caixa postal:

4.2.2. Localidade e código postal:

4.2.3. País:

4.3. Tel. :

4.4. Fax): (*)

4.5. Correio eletrónico (e-mail):

5. Informação da entidade central/autoridade competente

5.1. A obtenção direta de prova nos termos do pedido é aceite:

5.2. A obtenção direta de prova, nos termos do pedido, é aceite mediante as seguintes condições (eventualmente em anexo):

5.3. A obtenção direta de prova, nos termos do pedido, é recusada pelos seguintes motivos:

5.3.1. O pedido não é abrangido pelo âmbito de aplicação do Regulamento (UE) 2020/1783:

5.3.2. O pedido não contém toda a informação necessária em conformidade com o artigo 5.o do Regulamento (UE) 2020/1783:

5.3.3. A obtenção direta de prova é contrária aos princípios fundamentais do direito do Estado-Membro da entidade central/autoridade competente:

6. O tribunal a seguir indicado foi encarregado de prestar assistência prática na obtenção direta de prova:

6.1. Denominação:

6.2. Endereço:

6.2.1. Rua e n.o/caixa postal:

6.2.2. Localidade e código postal:

6.2.3. País:

6.3. Tel. :

6.4. Fax : (*)

6.5. Correio eletrónico:

Feito em:

Data:

Assinatura e/ou carimbo ou assinatura eletrónica e/ou selo eletrónico:

(¹)JO L 405 de 2.12.2020, p. 1
(*Esta informação é facultativa.